AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Mulheres, Serviços Públicos e Austeridade Fiscal

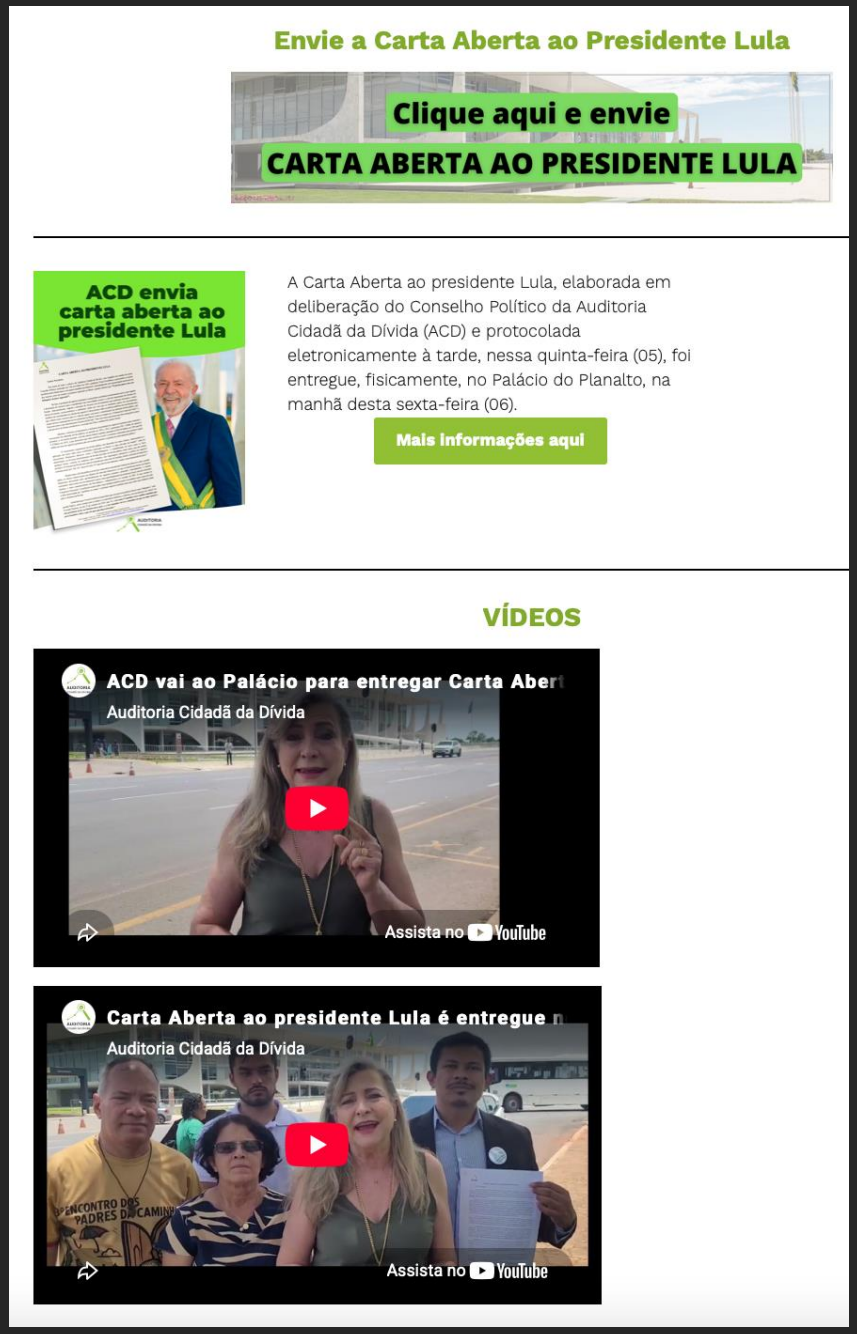
Reunião do Comitê de Mulheres da Internacional de Serviços Públicos – ISP Brasil
em parceria com a Fundação Friedrich Ebert (FES Brasil)

Brasília, 25 de novembro de 2026

Conjuntura Nacional marcada por MOBILIZAÇÃO SOCIAL deu quarto mandato ao LULA, mas o mercado está conseguindo manter os privilégios do SISTEMA DA DÍVIDA

- Movimentos de Bolsa e dólar tentam impor o projeto econômico derrotado nas urnas, com aprofundamento do ajuste fiscal, contrarreformas e privatizações;
- Governo eleito se apressou ao enviar o PLP 299/2026, que aprofundou o Arcabouço Fiscal, mas o mercado quer muito mais;
- Uma nova PEC já está sendo estudada para desvincular despesas obrigatórias, com reflexos nos pisos da Saúde e Educação;
- Austeridade fiscal representa ameaça aos direitos sociais e à estrutura do Estado, além de pavimentar o caminho para aprovação de contrarreformas da Previdência e Administrativa (PEC 38/2025);
- Riscos à soberania nacional decorrentes da possibilidade de dolarização (Resolução BC nº 575/2026);
- Risco de ampliação da desvinculação do Banco Central em relação aos poderes constituídos e com poder para adquirir "papéis podres" de instituições financeiras (PEC 65/2023).

ACD protocolou CARTA AO PRESIDENTE LULA



ACD protocolou CARTA AO PRESIDENTE LULA

Para apoiar a sua afirmação no sentido de enfrentar a "*babaquice do superávit*", os privilégios do Sistema da Dívida e aprovar o limite de juros no Brasil (PLP 104/2022), a fim de garantir investimentos socioeconômicos e ambientais efetivos.

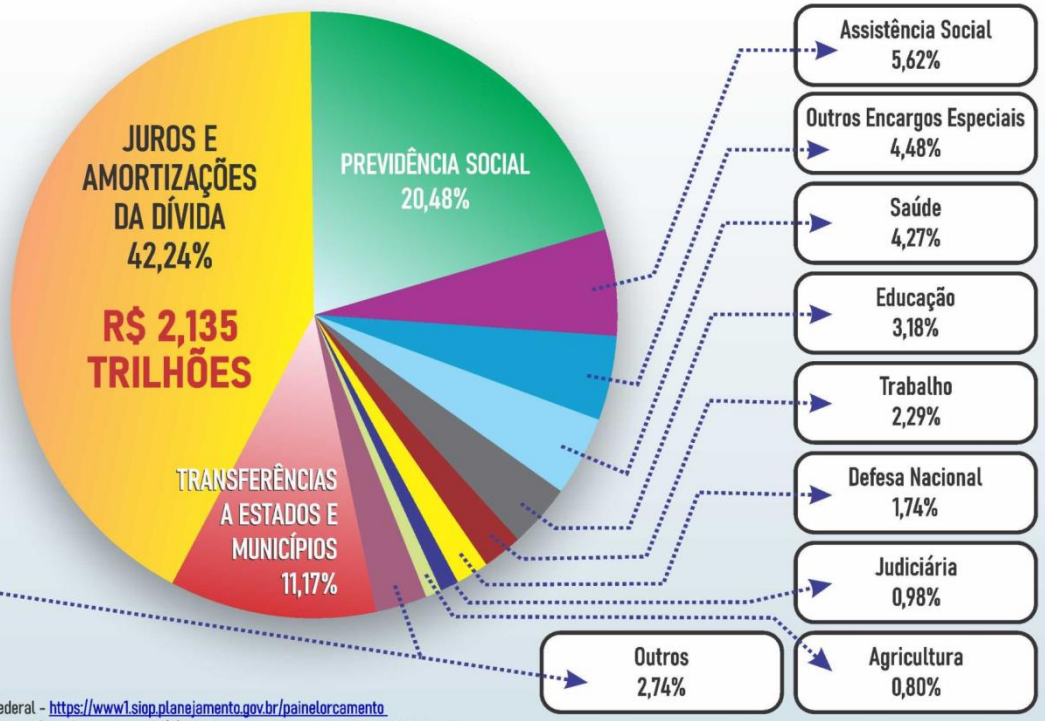
➢ Faça a sua parte e envie a Carta Aberta a Lula com apenas 1 clique

https://auditoriacidada.org.br/carta-aberta-ao-presidente-lula/

Gastamos mais de R$ 2 trilhões com o Sistema da Dívida em 2025

Orçamento Federal Executado (pago) em 2025 = R$ 5,054 TRILHÕES

OUTROS	PERCENTUAL
Administração	0,5802
Gestão Ambiental	0,3977
Ciência e Tecnologia	0,3697
Segurança Pública	0,2857
Transporte	0,2552
Essencial à Justiça	0,2058
Legislativa	0,1931
Relações Exteriores	0,0919
Organização Agrária	0,0834
Comunicações	0,0486
Cultura	0,0461
Indústria	0,0442
Urbanismo	0,0374
Comércio e Serviços	0,0315
Direitos da Cidadania	0,0274
Energia	0,0230
Desporto e Lazer	0,0103
Habitação	0,0084
Saneamento	0,0047
TOTAL	2,7443

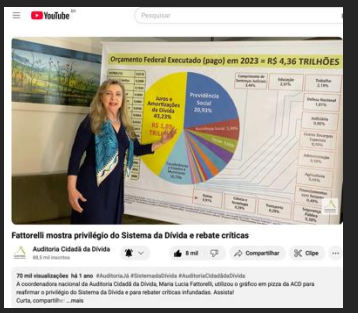


AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

FONTE: Painel do Orçamento Federal - https://www1.siop.planejamento.gov.br/painelorcamento
ELABORAÇÃO: Auditoria Cidadã da Dívida. Consulta em 14/1/2026. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.
Gráfico por Função, com exceção da Função "Encargos Especiais", que foi desmembrada em 3 partes: "Juros e Amortizações da Dívida" (GND 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), e "Outros Encargos Especiais" (restante da função, composta principalmente pelo cumprimento de sentenças judiciais e concessão de financiamentos).

NOTA: O total inicialmente previsto no Orçamento Federal 2025 para as "emendas parlamentares" foi de R$ 50,4 bilhões. Esse montante inclui emendas de bancada estadual, emendas de comissão e emendas individuais (dentre as quais as "Emendas Pix", no valor de R$ 6,9 bilhões, que representaram 0,14% do orçamento federal pago em 2025). Os valores efetivamente empregados (pagos) em 2025 de todas as emendas parlamentares somaram R$ 31,5 bilhões (0,62% do orçamento pago). Veja o artigo "O privilégio do Sistema da Dívida no orçamento federal pago em 2025 e o Raio X das Emendas Parlamentares".

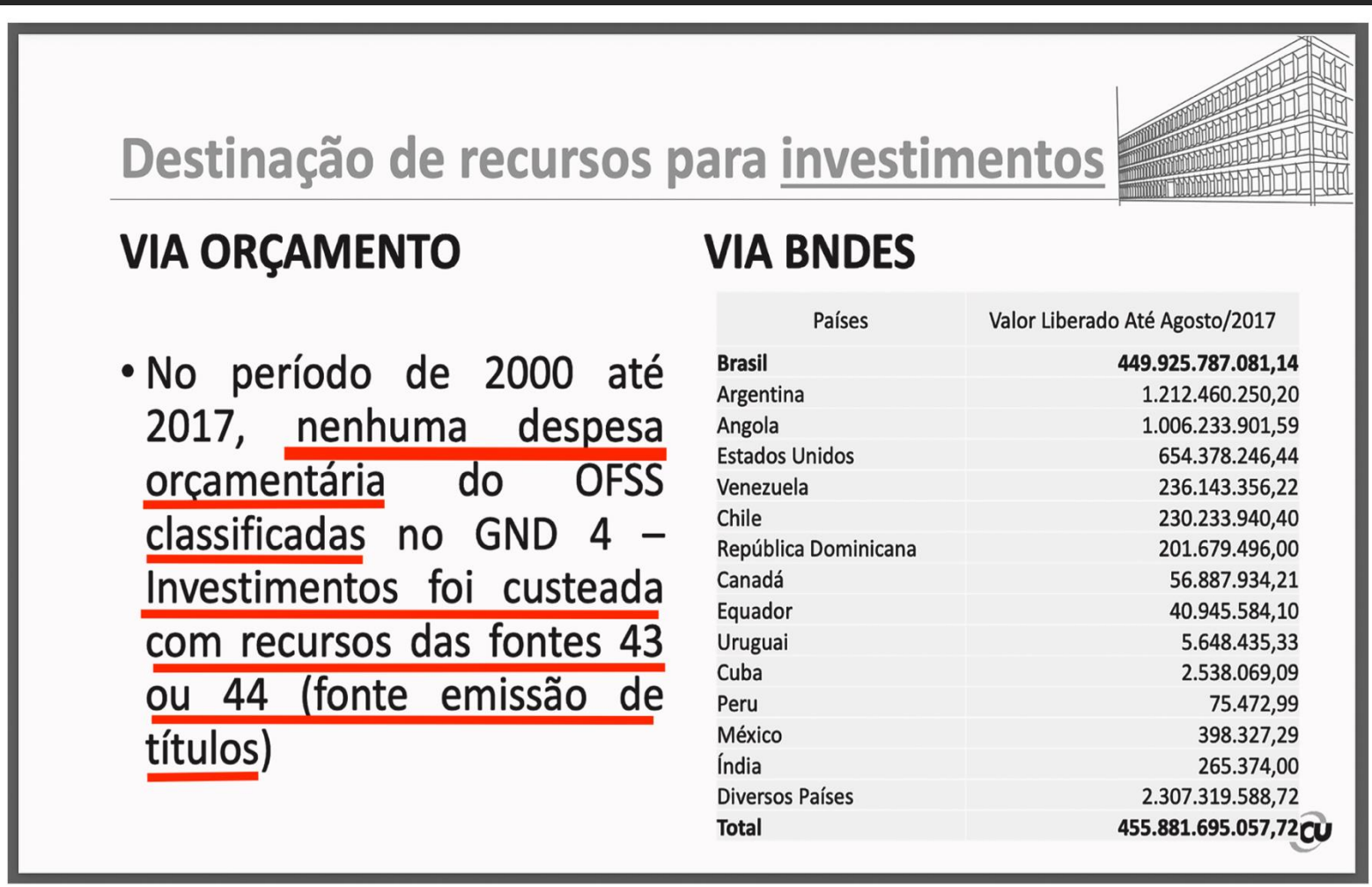
QUE DÍVIDA É ESSA?



https://www.youtube.com/watch?v=gx0fvjCy7gI&t

https://www.extraclasse.org.br/opiniao/2026/02/caso-de-policia-gastamos-mais-de-r-2-trilhoes-com-o-sistema-da-divida-em-2025/

TCU confirmou que a dívida pública federal não tem contrapartida em investimentos



Destinação de recursos para investimentos

VIA ORÇAMENTO

- No período de 2000 até 2017, nenhuma despesa orçamentária do OFSS classificadas no GND 4 – Investimentos foi custeada com recursos das fontes 43 ou 44 (fonte emissão de títulos)

VIA BNDES

Países	Valor Liberado Até Agosto/2017
Brasil	**449.925.787.081,14**
Argentina	1.212.460.250,20
Angola	1.006.233.901,59
Estados Unidos	654.378.246,44
Venezuela	236.143.356,22
Chile	230.233.940,40
República Dominicana	201.679.496,00
Canadá	56.887.934,21
Equador	40.945.584,10
Uruguai	5.648.435,33
Cuba	2.538.069,09
Peru	75.472,99
México	398.327,29
Índia	265.374,00
Diversos Países	2.307.319.588,72
Total	**455.881.695.057,72**

TCU

Tela apresentada pelo TCU ao Senado em audiência pública da CAE realizada em 25/06/2019
https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/

https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/

A dívida pública deveria estar financiando investimentos de interesse da sociedade e do país, viabilizando o nosso desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

Mas não é isso que acontece! O endividamento público tem funcionado às avessas:

"SISTEMA DA DÍVIDA"

- Modelo Econômico
- Privilégios Financeiros
- Sistema Legal
- Sistema Político
- Corrupção
- Grande Mídia
- Sistema Financeiro: BIS, FMI, BM, BID, BC



Dominação financeira e graves consequências sociais

PARA QUE TEM SERVIDO A DÍVIDA PÚBLICA?

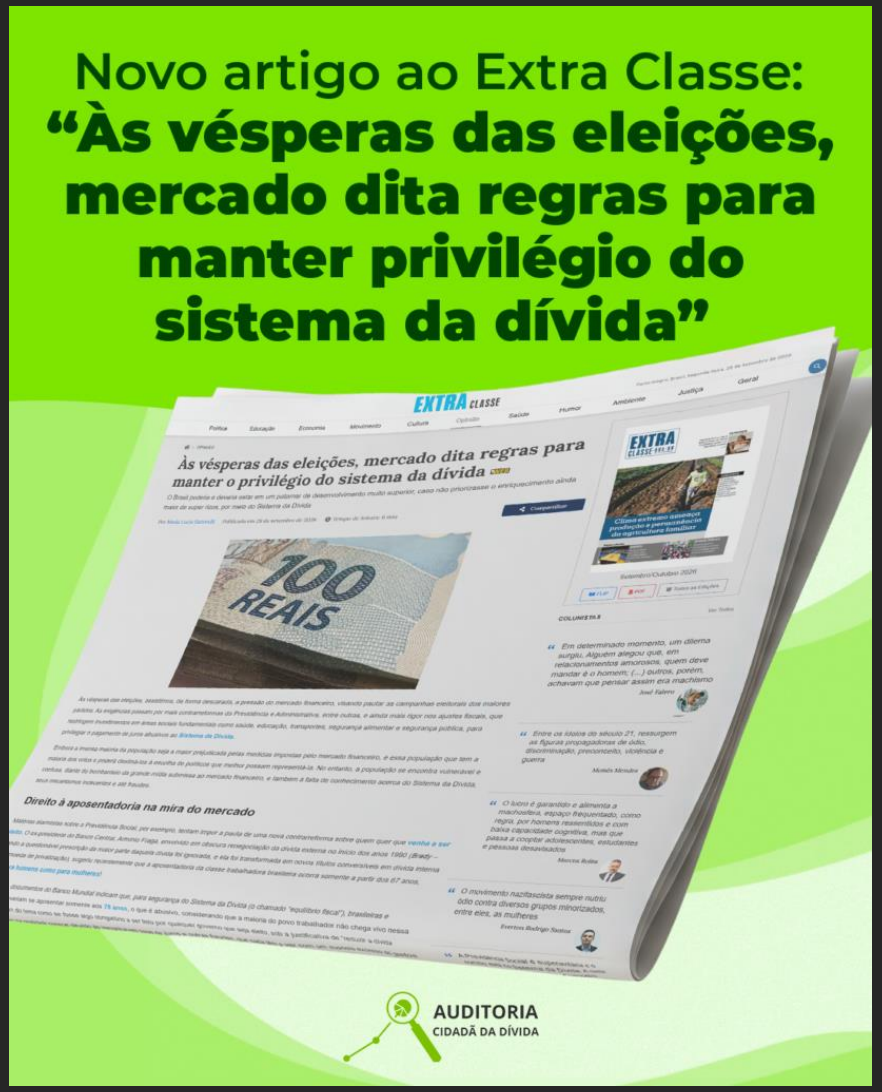
TCU afirmou ao Senado que a dívida interna federal não serviu para investimento no país https://bit.ly/2NTPlJo

Tem servido para:

https://bit.ly/36AbwLJ

- Pagar os juros da própria dívida
- Veículo de transferência de recursos públicos para bancos
- Justificativa para contrarreformas
- Justificativa para privatizações
- Responsável pelo Teto de Gastos e arcabouço fiscal
- Consome a maior fatia do orçamento federal todos os anos.

Durante o processo eleitoral em 2026, mercado financeiro ditou regras para futuro governo

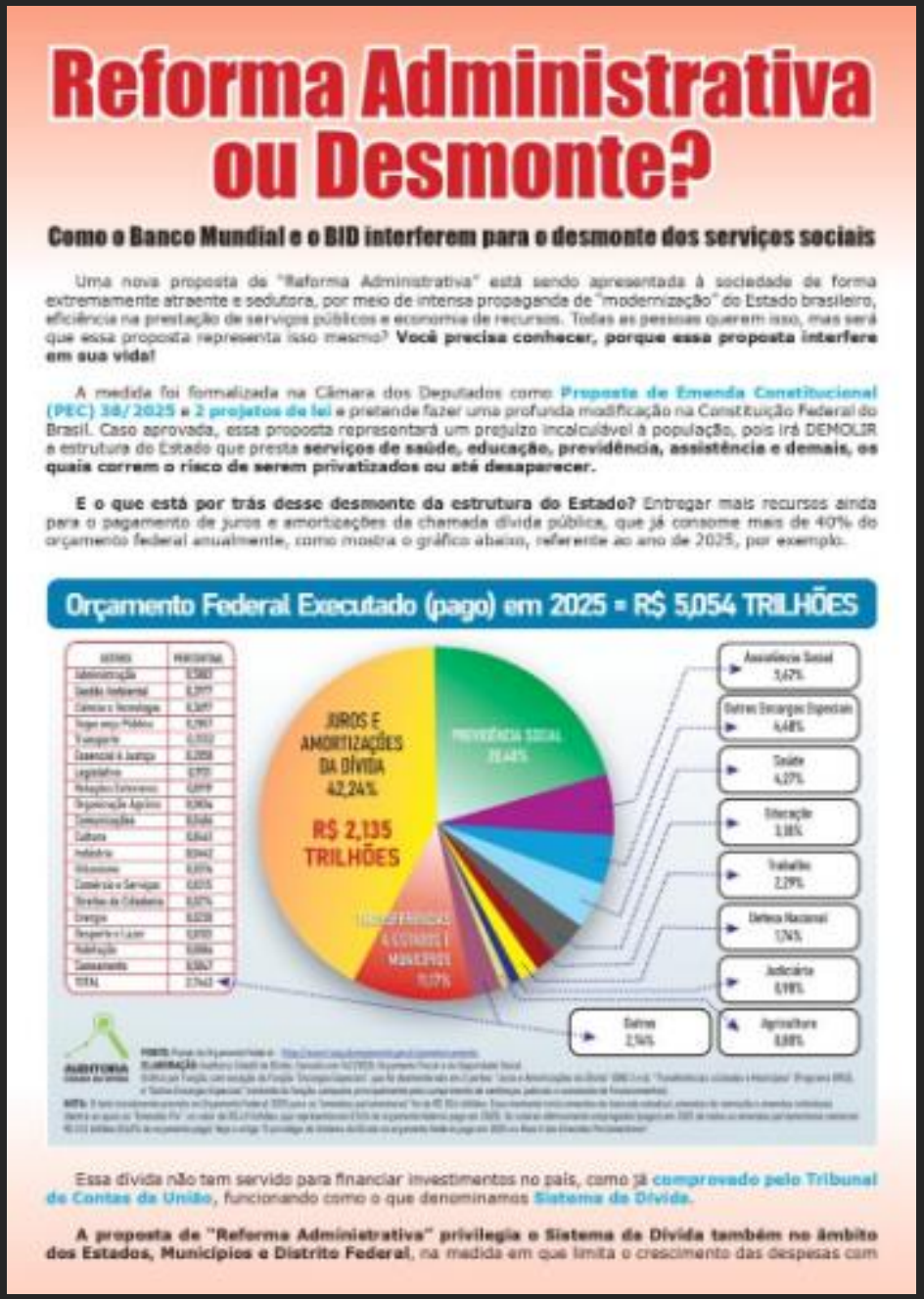


https://auditoriacidada.org.br/conteudo/maria-lucia-fattorelli-no-extra-classe-as-vesperas-das-eleicoes-mercado-dita-regras-para-manter-o-privilegio-do-sistema-da-divida/

- Armínio Fraga: “***Aposentadoria só a partir de 67 anos para homens e mulheres!”***
- Banco Mundial: “*Brasileiros deveriam se aposentar somente aos 78 anos*!”

➢ A pressão do mercado financeiro visa preservar os privilégios do Sistema da Dívida, enquanto exige reformas Previdenciária, Administrativa, “ajuste fiscal” e privatizações.

- Retirada de idosos que não contribuíram durante a vida do BPC.
- Inserção da capitalização individual.
- Desindexar o reajuste do BPC do salário mínimo.
- Acabar com pensões de dependentes.



Reforma Administrativa ou Desmonte?

Como o Banco Mundial e o BID interferem para o desmonte dos serviços sociais

Uma nova proposta de "Reforma Administrativa" está sendo apresentada à sociedade de forma extremamente atraente e sedutora, por meio de intensa propaganda de "modernização" do Estado brasileiro, eficiência na prestação de serviços públicos e economia de recursos. Todos as pessoas querem isso, mas será que essa proposta representa isso mesmo? **Você precisa conhecer, porque essa proposta interfere em sua vida!**

A medida foi formalizada na Câmara dos Deputados como **Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 38/2025** e **2 projetos de lei** e pretende fazer uma profunda modificação na Constituição Federal do Brasil. Caso aprovada, essa proposta representará um prejuízo incalculável à população, pois irá DEMOLIR a estrutura do Estado que presta **serviços de saúde, educação, previdência, assistência e demais, os quais correm o risco de serem privatizados ou até desaparecer.**

E o que está por trás desse desmonte da estrutura do Estado? Entregar mais recursos ainda para o pagamento de juros e amortizações da chamada dívida pública, que já consome mais de 40% do orçamento federal anualmente, como mostra o gráfico abaixo, referente ao ano de 2025, por exemplo.

Orçamento Federal Executado (pago) em 2025 = R$ 5,054 TRILHÕES

Essa dívida não tem servido para financiar investimentos no país, como já **comprovado pelo Tribunal de Contas da União**, funcionando como o que denominamos **Sistema da Dívida**.

A proposta de "Reforma Administrativa" privilegia o Sistema da Dívida também no âmbito dos Estados, Municípios e Distrito Federal, na medida em que limita o crescimento das despesas com

O desmonte do Estado que a contrarreforma Administrativa (PEC 38/25) pretende fazer afetará principalmente as mulheres

Acesse o folheto e imprima de onde você estiver:

https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2026/01/Reforma-Administrativa-ou-Desmonte-2.pdf

COM 1 CLIQUE PRESSIONE AUTORIDADES BRASILEIRAS DOS PODERES LEGISLATIVO, EXECUTIVO E JUDICIÁRIO A REJEITAREM A PEC 38/2025

https://auditoriacidada.org.br/conteudo/com-1-clique-pressione-autoridades-brasileiras-dos-poderes-legislativo-executivo-e-judiciario-a-rejeitarem-a-pec-38-2025/

BANCO CENTRAL: PRINCIPAL RESPONSÁVEL

Taxa básica de juros Selic foi mantida ontem em 13,75% a.a.

DE QUE ADIANTA CORTAR GASTOS SOCIAIS SE O ROMBO ESTÁ NOS JUROS?

BANCO CENTRAL GERA ROMBO AINDA MAIOR EM GASTOS ANUAIS COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA

R$ 70,8 BILHÕES

A CADA 1% DE AUMENTO DA SELIC

Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R$ bilhões	p.p. PIB[1/]	R$ bilhões	p.p. PIB[1/]
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio[2/]	-8,9	-0,07	9,7	0,07
Redução de 1 p.p. na taxa Selic[2/ 3/]	-70,8	-0,53	-64,9	-0,48
Redução de 1 p.p. nos índices de preços[2/ 3/]	-21,0	-0,16	-20,6	-0,15

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB, conforme o caso.
2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, redução de taxa Selic e aumento de índices de preços.
3/ Variação mantida por doze meses.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

O Brasil pratica a taxa básica de juros reais mais elevada do mundo:

Zona do Euro... - 1,3% a.a.

EUA ..... 0,29% a.a.

Japão ..... – 0,83% a.a.

BRASIL ..... 8,77% a.a.

Fonte: https://clubedospoupadores.com/ranking-juros-reais

https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202610_Texto_de_estatisticas_fiscais.pdf

Como a Dívida Pública afeta as Mulheres?

- A injusta situação social do país afeta principalmente as mulheres
- A pobreza e a inexistência ou insuficiência de atendimento aos direitos sociais previstos no art. 6º da Constituição Federal – educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados – atinge fundamentalmente as mulheres.
- São as mulheres as primeiras a serem demitidas em momentos de crise, e as mais sacrificadas quando faltam serviços essenciais.
- A luta por igualdade de oportunidades de acesso a postos de direção e políticos também tem sido árdua para as mulheres, embora ocupemos a maioria das vagas nas universidades brasileiras. A democracia pressupõe igualdade de oportunidades.
- Apesar de existirem políticas específicas de atendimento aos direitos das mulheres, a destinação de recursos para tais políticas, por parte do governo federal, tais recursos são muito pequenos em relação ao maior gasto do orçamento, que é o gasto com juros e amortizações da chamada dívida pública.

Como a Dívida Pública afeta as Mulheres?

- Sobre a Lei Maria da Penha, na prática, tal lei tem tido pouca eficácia em várias partes do país, devido à inexistência de instrumentos essenciais à sua efetividade, especialmente as casas-abrigo e creches. Torna-se impossível para uma mulher vítima de violência doméstica denunciar seu agressor/companheiro e retornar para a mesma moradia junto com ele.
- As atuais demandas dos movimentos de mulheres vão muito além das questões feministas: exigimos justiça social, conforme direitos consagrados na Constituição Federal, e dignidade de vida para todas as pessoas.
- Temos razões de sobra para essas exigências; não só devido à previsão constitucional, mas também tendo em vista o fato de contribuirmos de forma decisiva para o financiamento de políticas públicas, por meio da elevada carga tributária que recai sobre a classe trabalhadora e sobre os mais pobres.
- Mas as políticas públicas para Mulheres recebem orçamento pífio anualmente e grande parte sequer é executada.

Fontes: https://www.extraclasse.org.br/opiniao/2026/03/feminicidio-e-insuficiencia-de-recursos-para-politicas-publicas-marcam-luta-das-mulheres-em-2026/

https://universo.paulinas.com.br/conteudo/para-incluir-as-mulheres-no-orcamento-e-preciso-enfrentar-o-sistema-da-divida/684

Juro alto leva à inadimplência das famílias

Valor | Finanças

Inadimplência vai à máxima histórica com juro alto e endividamento



AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS

https://auditoriacidada.org.br/conteudo/juro-alto-leva-a-inadimplencia-das-familias/

Brasil chega a 84,2 milhões de inadimplentes; mulheres são maioria

Levantamento da Serasa mostra que pessoas entre 41 e 60 anos concentram a maior parcela dos negativados; economista aponta desigualdade de renda e pressão sobre o orçamento familiar

Por **Maysa Sena**
03/11/26 às 06H00 atualizado em 03/11/26 às 13H44

FOLHA de PERNAMBUCO

https://www.folhape.com.br/economia/brasil-chega-a-842-milhoes-de-inadimplentes-mulheres-sao-maioria/521995

A alta taxa de juros tem sido uma das causas dos níveis recordes de inadimplência de operações de crédito bancário

Juros altos acendem alerta para onda de inadimplência no Brasil

Empresas endividadas e famílias com renda comprometida elevam risco caso o mercado de trabalho perca força

Osni Alves Seguir

27/05/2026 15h33 • Atualizado 6 meses atrás

InfoMoney

https://www.infomoney.com.br/onde-investir/juros-altos-acendem-alerta-para-onda-de-inadimplencia-no-brasil/

Conheça a Campanha pelo Limite de Juros no Brasil
https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros/

Campanha para LIMITAR JUROS NO BRASIL

https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros/



Vote na enquete oficial da Câmara dos Deputados:



Ações orçamentárias voltadas especificamente para as mulheres no orçamento federal (2024 a 2026)

Orçamento pífio e apenas ínfima parte chega a ser implementada

- Apoio à Implementação de Casas da Mulher Brasileira e de Centros de Referência da Mulher Brasileira
- Implementação de Iniciativas Voltadas ao Enfrentamento à Violência Contra Mulheres
- Concessão de Bolsas de Estudo a Mulheres de Baixa Renda Candidatas à Carreira Diplomática
- Apoio à Organização Econômica e Promoção da Cidadania e o Bem Viver de Mulheres Rurais
- Ampliação da Participação Efetiva das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão
- Igualdade de Direitos e Autonomia Econômica das Mulheres
- Atividades do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
- Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180)
- Políticas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres
- Antes que Aconteça - Apoio e estruturação de políticas de autonomia, segurança, treinamento, inovação, pesquisa, desenvolvimento e capacitação e defesa feminina, prevenção, conscientização e combate à violência contra a mulher

Ações orçamentárias voltadas especificamente para as mulheres (R$)

Ação	2024		2025		2026	
	Empenhado	Pago	Empenhado	Pago	Dotação Atual	Pago
00SN - Apoio à Implementação de Casas da Mulher Brasileira e de Centros de Referência da Mulher Brasileira	40.965.725	0	21.983.369	279.600	79.264.570	56.3
00UZ - Implementação de Iniciativas Voltadas ao Enfrentamento à Violência Contra Mulheres	13.152.517	8.400	1.521.283	735.564	21.394.996	13.950.6
00WK - Concessão de Bolsas de Estudo a Mulheres de Baixa Renda Candidatas à Carreira Diplomática			240.000	0	60.000	
210W - Apoio à Organização Econômica e Promoção da Cidadania e o Bem Viver de Mulheres Rurais	3.629.533	977.366	32.672.140	25.929.148	58.186.955	17.963.6
21GF - Ampliação da Participação Efetiva das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão	14.815.521	8.613.606	41.148.165	20.763.337	39.863.002	12.042.2
21GG - Igualdade de Direitos e Autonomia Econômica das Mulheres	113.163.962	13.441.664	80.001.561	5.785.409	95.388.595	21.183.9
21GH - Atividades do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	1.470.489	707.500	1.577.948	1.216.024	1.482.782	603.4
21GI - Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180)	18.377.074	8.122.539	32.096.302	23.695.204	40.645.588	27.058.4
21GJ - Políticas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres	43.610.450	5.137.087	35.756.733	17.621.806	47.001.802	16.356.6
2F07 - Antes que Aconteça - Apoio e estruturação de políticas de autonomia, segurança, treinamento, inovação, pesquisa, desenvolvimento e capacitação e defesa feminina, prevenção, conscientização e combate à violência contra a mulher	118.978.704	0	1.638.841	492.913	73.697.971	5.025.8
TOTAL	**368.163.975**	**37.008.163**	**248.636.343**	**96.519.005**	**456.986.261**	**114.241.2**
Quantas vezes menos que os gastos (pagos) com juros e amortizações da dívida	**5.424**	**53.955**	**8.587**	**22.121**	**6.268**	**20.8**

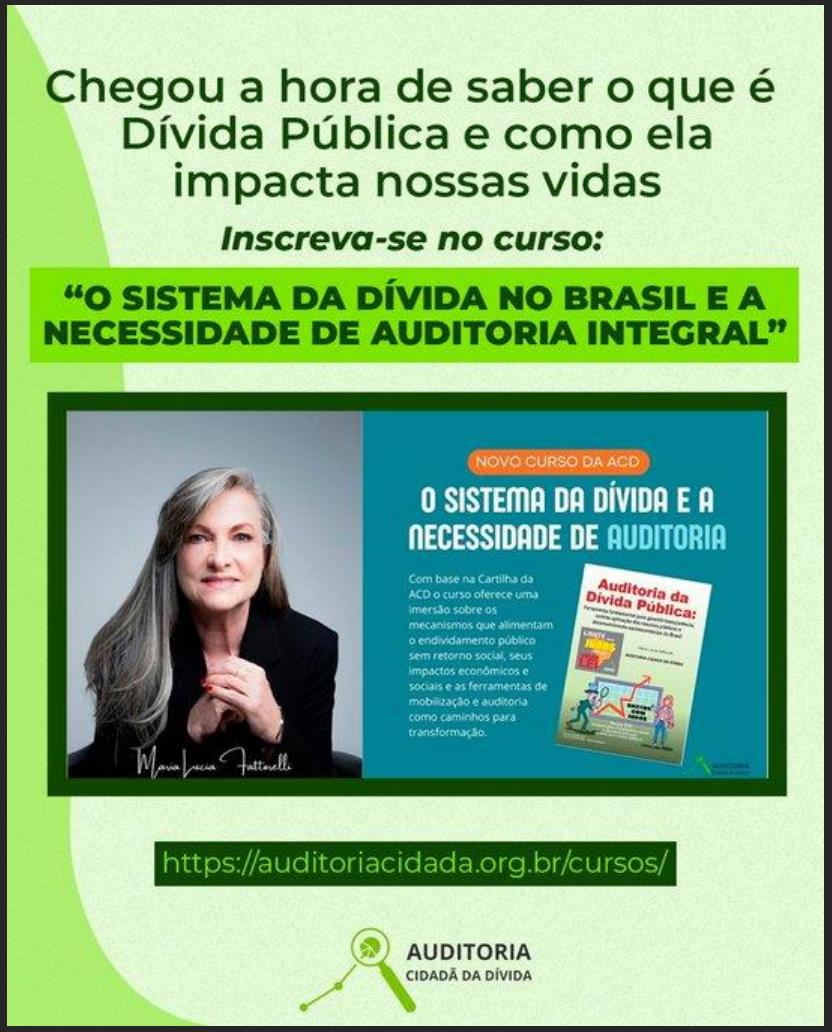
Fonte: https://www1.siop.planejamento.gov.br/painelorcamento/ Nota 1: Em 2026, valores pagos até 23 de novembro.
Nota 2: Em 2026, na coluna "Dotação Atual", foi considerada a "dotação atual" do gasto com juros e amortizações da dívida.

Os valores pagos aumentaram de 2024 para 2026, mas ainda são muito pequenos em comparação aos juros e amortizações da dívida

Qual é a saída: participar da luta da Auditoria Cidadã da Dívida, tendo em vista que:

- Todas as contrarreformas da Previdência usaram a chamada dívida pública como justificativa para a progressiva retirada de direitos da classe trabalhadora;
- A classe trabalhadora precisa se empoderar do conhecimento sobre o Sistema da Dívida e seus mecanismos financeiros, os quais geram dívida pública sem contrapartida alguma ao país, e essa dívida ilegítima passa a servir de justificativa para planos de ajuste fiscal, privatizações e contrarreformas, prejudicando toda a sociedade e a economia do país;
- É imprescindível exigir auditoria da dívida com participação social para que os recursos públicos se destinem ao nosso desenvolvimento socioeconômico e ambiental;
- A auditoria da dívida irá identificar quais são os beneficiários da dívida pública federal, que atualmente atinge o estoque de R$ 12,2 TRILHÕES, dos quais menos de 8% (R$ 922 bilhões) são detidos por Fundos de Pensão (Entidades Fechadas de Previdência Complementar). Ou seja, a auditoria serve exatamente para separar os grandes beneficiários dessa dívida dos pequenos aplicadores, dando o devido tratamento a cada um. Fontes: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:17525 – Anexo 2.1 - https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-complementar/painel-estatistico-da-previdencia-complementar

CONHECIMENTO PARA FORTALECER A MOBILIZAÇÃO SOCIAL



https://auditoriacidada.org.br/cursos/

- Compreenda o que é o Sistema da Dívida e seus impactos na vida da população;
- Entenda por que faltam recursos para áreas essenciais, apesar da riqueza do país;
- Curso 100% EAD, com linguagem acessível, avaliação final e certificado.

INSCRIÇÕES ABERTAS

Muito grata

Maria Lucia Fattorelli

